

**PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS.** Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

## **ESTATUTO DA PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA GOIÁS**

### **CAPÍTULO I**

#### **DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINS**

Art. 1º A Primeira Igreja Batista em Planaltina Goiás doravante denominada “igreja”, vinculada à Convenção Batista do Planalto Central, fundada em 12 de junho de 1982, é uma organização civil, de natureza religiosa, sem fins lucrativos e econômicos, instituída por tempo indeterminado, com personalidade jurídica própria de direito privado, composta de número ilimitado de membros, soberana em suas decisões, com sede e foro nesta cidade, situada à Quadra 01 MR 01 Lotes 01 e 02 Setor Norte, CEP 73751- 010, Planaltina–GO.

Art. 2º São finalidades da Igreja:

I — pregar o Evangelho de Jesus Cristo;

II — ensinar a Bíblia com o fim de promover a extensão do Reino de DEUS aos homens;

III — instruir e doutrinar seus membros, conforme os preceitos do Evangelho;

IV — reunir-se para cultuar a DEUS;

V — praticar a beneficência;

VI — reunir-se regularmente para proclamar o Evangelho de Jesus Cristo, cumprir os propósitos bíblicos de adoração, comunhão, discipulado, serviço e missões;

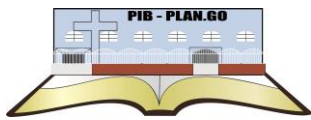
VII — levar todas as pessoas a reconhecerem Jesus Cristo como Salvador e Senhor de suas vidas;

VIII — estudar a Bíblia Sagrada, visando o crescimento doutrinário e edificação espiritual dos seus membros, reconhecendo Jesus Cristo como único Salvador e Senhor de suas vidas;

IX — gerar discípulos maduros para cumprir os propósitos de Deus na Igreja e no mundo;

X — cultivar a comunhão, o bom relacionamento e o amor Cristão;

XI — cooperar com a Convenção Batista do Planalto Central, com a Convenção Batista Brasileira, e com as Igrejas filiadas a essas Convenções e Igrejas co-irmãs na fé e na realização de seus fins;



**PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS.** Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

XII — promover, por todos os meios ao seu alcance, e em todos os lugares possíveis, o estabelecimento do Reino de Deus;

XIII — podendo, ainda, abrir e manter pontos de pregação, congregações e ou missões em qualquer parte do território nacional e do mundo.

Art. 3º A Igreja, no cumprimento de suas finalidades, pode instituir entidades específicas, com personalidade jurídica própria, ou participar de outras existentes, públicas ou privadas, inclusive por meio de convênios e outros ajustes, observando sempre a legislação pertinente, após a aprovação em Assembleia Geral.

## **CAPITULO II**

### **DA IDENTIDADE DENOMINACIONAL**

Art. 4º A Igreja é identificada como denominação Batista, a partir dos princípios bíblicos que as norteiam, segundo a percepção doutrinária e os costumes observados pelas igrejas Batistas através dos tempos, no Brasil e no mundo.

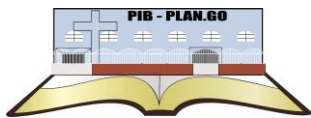
Art. 5º A Igreja, como instituição religiosa, nos moldes do Novo Testamento, reconhece, e proclama Jesus Cristo como único Salvador e Senhor, aceita a Bíblia Sagrada como única regra de fé e prática, adota os princípios da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, e toma suas decisões de forma democrática e autônoma, não estando sujeita a qualquer outra igreja, instituição ou autoridade denominacional.

Art. 6º A Igreja é soberana e autônoma nas suas decisões administrativas e, no desempenho de suas atividades, não se sujeitando a outra Igreja ou autoridade eclesiástica, reconhecendo, em sentido espiritual, a autoridade de Nosso Senhor Jesus Cristo expressa nas Sagradas Escrituras e respeitando as autoridades legalmente constituídas, conforme o ensino da Bíblia Sagrada, sua única regra de fé e prática, sem prejuízo de suas relações denominacionais, nos termos deste Estatuto.

Art. 7º No caso de divergências entre os membros da Igreja, quanto às práticas eclesiásticas e às doutrinas Batistas, como concebidas na “Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”, qualquer das partes envolvidas pode representar, por escrito, contra a outra, perante a Diretoria do Conselho de Administração da Convenção Batista do Planalto Central, que, à mingua de conciliação entre estas, em prazo razoável, decidirá a questão à luz deste Estatuto.

§ 1º A decisão aludida neste artigo implicará, se for o caso, a declaração de qual dos grupos litigantes representa a Igreja, com as consequências daí decorrentes.

§ 2º Da decisão de que trata este artigo, cabe recurso para o plenário do Conselho de Administração da Convenção Batista do Planalto Central, se devidamente justificado.



**PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS.** Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

§ 3º Não conciliadas as partes, nos termos deste artigo, caracterizada estará a dissidência da Igreja, situação em que o seu nome e o seu patrimônio ficarão com o seguimento que, independentemente de número ou de organização, permanecer fiel às doutrinas e práticas Batistas reconhecidas pela Convenção Batista do Planalto Central, nos moldes da “Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”, ou na falta desta a Convenção Batista Brasileira ou por um Concílio de pastores indicados pelas mesmas, devendo todos estes pastores serem filiados à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, decidindo quanto as seguintes prerrogativas:

I — permanecer na posse e domínio do templo e demais bens móveis, imóveis e semoventes, incluído tudo que se destine ao exercício de suas atividades eclesiais e administrativas;

II — eleger outra Diretoria e outro Pastor, se as circunstâncias assim exigirem;

III — exercer todos os demais direitos e prerrogativas resultantes deste Estatuto e da lei.

Art. 8º Enquanto não forem sanadas as divergências doutrinárias tratadas neste Capítulo, o grupo tido como infiel às doutrinas Batistas reconhecidas pela Convenção Batista do Planalto Central, se na direção da Igreja, não poderá, em nome desta, deliberar sobre:

I — alienação ou oneração total ou parcial do patrimônio da igreja;

II — desligamento de membros ou quaisquer restrições a direitos individuais na Igreja;

III — reforma deste Estatuto ou do Regimento Interno;

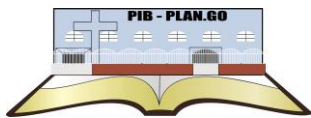
IV — mudança da sede.

Art. 9º O processo decisório do litígio, previsto no presente Capítulo, terá início em prazo não superior a quarenta e cinco dias, a contar do recebimento da representação no Conselho de Administração da Convenção Batista do Planalto Central.

Art.10. Ao final do processo, em caso de cisão por motivo doutrinário, o nome e o Patrimônio da Igreja ficará com o grupo que, independentemente de número ou de organização, permanecer fiel às doutrinas e práticas Batistas reconhecidas pela Convenção Batista do Planalto Central, ou na falta desta a Convenção Batista Brasileira ou por um Concílio de pastores indicados pelas mesmas devendo todos estes pastores serem filiados à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, nos moldes da “Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”.

Parágrafo único – Todos os membros dissidentes serão imediatamente excluídos do rol de membros da igreja.

**Quadra. 01. MR. 01. Lotes. 01 E 02. Setor Norte. Planaltina de Goiás-GO.**  
**CEP 71751-010. Telefone: 36371188. E-mail: pib.plango@hotmail.com**



**PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS.** Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

Art. 11. A Igreja relaciona-se, para fim de cooperação com as demais igrejas integrantes da Convenção Batista do Planalto Central, e da Convenção Batista Brasileira.

Parágrafo único - A Igreja aceita como fiel interpretação das Sagradas Escrituras, a " Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira".

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS MEMBROS DA IGREJA**

##### **Seção I**

##### **Do Arrolamento e Desligamento**

Art. 12. A Igreja é constituída de pessoas de ambos os sexos, que professam a sua fé em Jesus Cristo como único Salvador e Senhor, aceitam as doutrinas bíblicas e a disciplina adotadas pela Igreja, sem distinção de nacionalidade, raça, cor, sexo, condição econômica, social ou intelectual.

Art. 13. São considerados membros da Igreja as pessoas recebidas por decisão da Assembleia Geral, da forma como se segue:

I — batismo dos candidatos previamente aprovados em pública profissão de fé;

II — transferência por carta de membros de outras igrejas da mesma fé e ordem;

III — reconciliação, devidamente solicitada, de pessoas afastadas do rol de membros desta Igreja ou comprovadamente afastada de outras igrejas batistas;

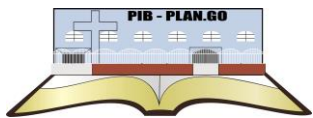
IV — aclamação precedida de testemunho público e compromisso.

§ 1º Casos especiais não constantes deste artigo serão decididos pela Igreja em Assembleia Geral.

§ 2º Ao serem recebidas na Igreja, como membros, as pessoas serão informadas de seus direitos e deveres, inclusive quanto aos critérios de eventual desligamento.

§ 3º A expressão “da mesma fé e ordem”, no inciso II, significa da mesma denominação, isto é, da mesma vertente eclesiológica ou doutrinária, no caso, “Batista”, nos moldes preconizados pela Convenção Batista Brasileira.

§ 4º O termo “sexo” empregado no *caput*, do artigo 13 se refere exclusivamente a homem, “masculino” e mulher, “feminino”, natural e biologicamente assim nascidos, tal como registram as Escrituras Sagradas.



PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS. Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

Art. 14. Perderá a qualidade de membro aquele que for desligado por decisão da Assembleia Geral, nas hipóteses de:

- I — falecimento;
- II — pedido da pessoa interessada;
- III — transferência para outra igreja;
- IV — incompatibilidade de comportamento;
- V — infidelidade doutrinária;
- VI — abandono superior a noventa (90) dias;
- VII — carta compulsória.

§ 1º A hipótese prevista no inciso IV refere-se a comportamento ofensivo aos princípios éticos, morais e de boa conduta defendidos pela Igreja, com fundamento nas Sagradas Escrituras.

§ 2º A hipótese contida no inciso V consiste em defender e professar doutrinas ou práticas estranhas à fé cristã evangélica ou que contrariem a “Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”.

§ 3º A hipótese prevista no inciso VI implica ausentar-se dos cultos e das demais atividades eclesiais, sem justo motivo, por tempo julgado suficiente para caracterizar o desinteresse pela Igreja e a obra que realiza.

§ 4º A hipótese prevista no inciso VII refere-se a comportamento inadequado que traga prejuízos para a comunhão da igreja.

§ 5º O desligamento de que cuida este artigo efetiva-se:

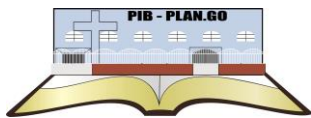
I — por simples comunicação da mesa para fins de registro em ata, na hipótese do inciso I do *caput*;

II — por proposta do plenário, em princípio sem discussão, nas hipóteses dos incisos II e III do *caput*;

III — mediante parecer, devidamente fundamentado, de uma Comissão Especial, nas hipóteses dos incisos IV, V, VI, e VII do *caput*.

§ 6º Ao membro da Igreja, enquadrado em qualquer das hipóteses de desligamento previstas nos incisos IV, V, VI e VII deste artigo, será facultado o exercício do seu amplo direito de defesa.

§ 7º A igreja realizará periodicamente recadastramento dos membros para atualização do seu rol de membros.



**PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS.** Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

§ 8º Aquele que deixar de ser membro da Igreja, como previsto neste Estatuto, nenhum direito tem a reivindicar.

## **Seção II**

### **Dos Direitos e Deveres**

Art. 15. São direitos dos membros:

I — participar das atividades regulares e especiais da Igreja;

II — receber assistência espiritual;

III — participar das reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz e a voto;

IV — votar e ser votado para quaisquer cargos ou funções no âmbito da Igreja, conforme este estatuto no artigo 20 e seus termos.

Art. 16. São deveres dos membros:

I — manter conduta compatível com os princípios éticos, morais e espirituais de acordo com os ensinamentos da Bíblia Sagrada;

II — participar dos cultos de ensino;

III — contribuir com dízimos e ofertas para que a Igreja atinja seus objetivos e cumpra sua missão;

IV — exercer, com zelo e dedicação, as funções e os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados, e os dons e talentos de que são dotados;

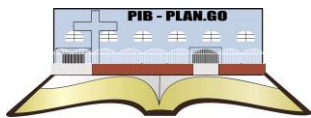
V — cumprir e zelar pelo cumprimento do presente Estatuto e das decisões dos órgãos deliberativos, administrativos e eclesiásticos previstos nele ou no Regimento Interno;

VI — responsabilizar-se pessoalmente pela origem lícita das contribuições e doações que efetuar à igreja.

§ 1º A maioria civil e o integral cumprimento dos deveres de membro da igreja é condição para o exercício dos cargos de Diretoria e do conselho fiscal, assim como para aqueles que possam vir a praticar atos jurídicos em nome da Igreja.

§ 2º Fica também condicionado ao integral cumprimento dos deveres de membro da igreja o exercício dos cargos de diácono, integrantes dos ministérios de adoração e louvor, ministérios de ensino e lideranças eclesiásticas da igreja, diretoria administrativa, conselhos e comissões da igreja.





**PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS.** Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

Parágrafo único – Ao membro não será destinada renda ou retribuição de qualquer natureza, pelo desempenho de qualquer função ou atividade na consecução dos fins da igreja.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO**

#### **Seção I**

#### **Dos Órgãos Da Igreja**

Art. 17. São órgãos da Igreja, sem prejuízo de outros que venham a ser criados:

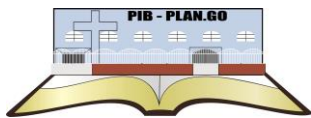
- I — deliberativo: Assembleia Geral;
- II — administrativo: Diretoria;
- III — técnico: Conselho Fiscal.

#### **Seção II**

#### **Da Assembleia Geral**

Art. 18. A Assembleia Geral, órgão deliberativo de superior instância formado pelo Pastor e demais membros da Igreja que atenderem à sua convocação e que estão em pleno exercício dos seus direitos, é o seu órgão máximo, a quem cabe privativamente:

- I — eleger e destituir o Pastor Titular;
- II — eleger e destituir Pastores Auxiliares;
- III — eleger e destituir os membros do Corpo Diaconal;
- IV — eleger e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- V — eleger e destituir os membros e dirigentes de outros órgãos e organizações internas existentes ou que venham a existir;
- VI — aprovar o orçamento e o calendário de atividades anuais;
- VII — apreciar as contas ou os relatórios periódicos, bimestrais e anuais da Diretoria e demais órgãos administrativos e eclesiásticos;
- VIII — adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, total ou parcialmente;
- IX — transferir a sede da Igreja;



PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS. Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

X — aprovar e alterar o Regimento Interno;

XI — reformar este Estatuto;

XII — deliberar sobre a dissolução da Igreja;

XIII — aprovar a nomeação de comissões especiais;

XIV — decidir, em grau de recurso, eventuais atos dos demais órgãos ou de seus dirigentes;

XV — apreciar relatórios e pareceres;

XVI — referendar a indicação e destituição de ministros, dos líderes e dos dirigentes de outros órgãos e organizações internas existentes ou que venham a existir;

XVII — eleger substitutos em cargos com vacância para o término dos mandatos;

XVIII — tomar outras decisões de interesse da Igreja;

XIX — deliberar sobre as situações de perdimento da condição de membro em razão de cometimento das infrações contidas nos itens IV, V, VI, e VII do *caput* do Art. 14;

XX — resolver os casos omissos neste Estatuto.

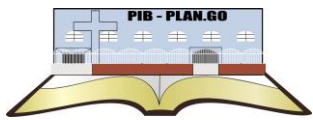
§ 1º Para as deliberações da Assembleia Geral, em reunião ordinária, é exigido o quorum de 1/3 (um terço) dos membros da Igreja, em primeira convocação; vinte por cento (20%), em segunda convocação, após quinze (15) minutos; ou de qualquer número, em terceira convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação; sendo válidas as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria simples dos presentes.

§ 2º Para as deliberações da Assembleia Geral, em reunião extraordinária, é exigido o quorum de 2/3 (dois terços) dos membros da Igreja, em primeira convocação; ou 1/3 (um terço) em segunda convocação, após 15 (quinze) minutos da primeira convocação; sendo válidas as decisões tomadas pelo voto favorável da maioria simples dos presentes.

§ 3º As deliberações a que se referem os incisos I, VIII, IX, X, XI e XII deste artigo são tomadas em Assembleia extraordinária, sendo necessário quorum de 2/3 (dois terços) dos membros da Igreja, em duas reuniões da Assembleia Geral, com intervalo mínimo de 30 (trinta) dias, com antecedência mínima de 15 (quinza) dias para a convocação e o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros presentes.

§ 4º As deliberações a que se referem o inciso IV, são tomadas em Assembleia Geral extraordinária mediante parecer fundamentado de uma





**PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS.** Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

Comissão Especial que venha atestar justo motivo, bem como possibilitar o exercício do amplo direito de defesa.

§ 5º Em qualquer deliberação, o resultado final da votação deverá ser fiel e integralmente registrado em ata.

Art. 19. A Igreja reunir-se-á bimestralmente em Assembleia ordinária e eventualmente em Assembleia extraordinária quando a natureza dos assuntos a serem tratados o exigir, sendo a Assembleia o poder máximo da Igreja.

§ 1º As Assembleias extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, ou substituto, no caso de impedimento comprovado, devendo a convocação ser feita de Púlpito, e através de edital afixado em lugar visível no templo e na sede da igreja e quando necessário das congregações, com antecedência mínima de oito dias, devendo, ainda, constar a agenda da matéria a ser tratada, salvo para recebimento de membros, em que será dispensado o prazo de antecedência, bem como o quorum especial de presença:

I — Em caso de haver necessidade, será garantido a 1/5 (um quinto) dos membros da igreja o direito de promover a convocação de Assembleia extraordinária;

II — Quando a assembleia for convocada por 1/5 (um quinto) dos membros, deverá o Presidente convocá-la no prazo de 3 (três) dias, contados da data de entrega do requerimento, o qual deverá ser encaminhado ao presidente através de notificação extrajudicial. Se o Presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberam por sua realização, farão a convocação.

§ 2º As Assembleias em princípio serão realizadas na sede da Igreja, podendo ser efetivadas noutro local, quando autorizado pela Assembleia, com fins específicos.

§ 3º A Igreja poderá decidir, em Assembleia ordinária, realizar Assembleia Extraordinária aprovando, nessa ocasião, a agenda dos assuntos a serem tratados.

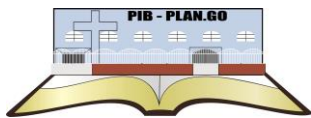
Art. 20. Na verificação do *quorum* das reuniões da Assembleia Geral, os membros da Igreja se subdividem em três categorias:

I — membros residentes na sede ou no seu campo imediato;

II — membros residentes fora da sede, mas com participação regular;

III — membros arrolados nas congregações ou missões, inclusive as localizadas na sede.

§ 1º Para os fins deste artigo, só são computados os membros de que cuidam os incisos I e II, ressalvada convocação específica dos referidos no inciso III, quando se tratar de matérias diretamente relacionadas às suas congregações ou missões.



**PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS.** Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

§ 2º A delimitação do campo imediato da Igreja, na sua sede, é decidida em caráter permanente, mas alterável segundo as necessidades e possibilidades constatadas pela Assembleia Geral.

### **Seção III**

#### **Da Diretoria**

Art. 21. A Diretoria da Igreja é composta de:

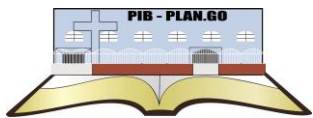
- I — Presidente;
- II — Primeiro Vice-presidente;
- III — Segundo Vice-presidente;
- IV — Primeiro Secretário;
- V — Segundo Secretário;
- VI — Primeiro Tesoureiro;
- VII — Segundo Tesoureiro.

§ 1º Os membros da Diretoria terão mandato de 2 (dois) anos podendo ser reeleitos, ressalvado o cargo de Presidente que é exercido pelo Pastor Titular, por tempo indeterminado, e, na sua falta, por seu substituto legal.

§ 2º As datas de eleição e posse da Diretoria, bem como dos dirigentes dos demais órgãos e organizações internas, são fixadas a cada 2 (dois) anos pela Assembleia Geral.

Art. 22. Compete privativamente ao Presidente:

- I — administrar e supervisionar as atividades da Igreja;
- II — convocar e presidir a Assembleia Geral;
- III — representar a Igreja, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- IV — participar das reuniões de qualquer órgão ou organização da Igreja, na qualidade de membro ex-ofício;
- V — assinar, com o Secretário, as atas das reuniões da Assembleia Geral;
- VI — abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, necessariamente, com o Primeiro Tesoureiro ou mediante procuração a este outorgada;



PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS. Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

VII — apresentar à Assembleia Geral relatório anual das atividades da Igreja;

VIII — decidir, juntamente com a Diretoria, casos excepcionais ou de extrema urgência, *ad referendum* da Assembleia Geral;

IX — nomear pessoa de sua confiança para exercer o cargo de Vice-Presidente e Primeiro Tesoureiro, *ad referendum* da Assembleia Geral;

X — indicar e destituir Pastor Auxiliar;

XI — contratar e licenciar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, *ad referendum* da Assembleia Geral;

XII — suspender ou demitir funcionários ou auxiliares especializados;

XIII — cumprir e fazer cumprir este Estatuto.

Art. 23. Compete ao Vice-Presidente, na ordem de eleição, substituir o Presidente, nos seus impedimentos ou ausências, e o suceder na sua falta, além de o auxiliar quando solicitado.

Art. 24. Compete ao Primeiro Secretário:

I — lavrar e assinar as atas da Assembleia Geral;

II — manter em ordem os arquivos, livros, cadastros, fichário e o rol de membros da Igreja;

III — receber e despachar as correspondências administrativas.

Parágrafo único - Ressalvada a hipótese do inciso I, os demais encargos da Secretaria podem ser confiados a empregados remunerados pela Igreja.

Art. 25. Compete ao Segundo Secretário auxiliar o Primeiro Secretário, na execução de suas funções e substituí-lo nos seus impedimentos e ausências eventuais ou sucedê-lo na sua falta.

Art. 26. Compete ao Primeiro Tesoureiro:

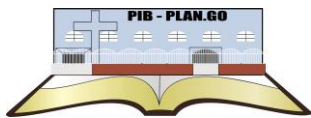
I — receber e escriturar as contribuições financeiras destinadas à Igreja;

II — fazer os pagamentos autorizados pela Igreja;

III — abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, juntamente com o Presidente ou mediante procuração por este outorgada;

IV — elaborar e apresentar relatórios periódicos, bimestrais e anuais à Assembleia Geral.

Art. 27. Compete ao Segundo Tesoureiro auxiliar o Primeiro Tesoureiro, na



**PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS.** Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

execução de suas funções e substituí-lo nos seus impedimentos e ausências eventuais ou sucedê-lo na sua falta.

Art. 28. Nenhum membro da Diretoria recebe salário pelas atividades exercidas, exceto o pastor, cuja remuneração, a título de honorários pastorais, será definida na Assembleia Geral quando da deliberação anual sobre a prestação de contas.

## **Seção IV**

### **Do Conselho Fiscal**

Art. 29. A Assembleia Geral elegerá, um Conselho Fiscal, constituído de no mínimo três (03) e no máximo sete (07) membros, sempre em números ímpares, para um mandato de dois (02) anos e com as seguintes atribuições:

I — examinar e dar parecer sobre os balancetes e balanços elaborados pela Tesouraria;

II — acompanhar a evolução financeira e o registro contábil;

III — examinar periodicamente os relatórios financeiros, os lançamentos de todas as contas da Igreja, com os recolhimentos legais, e apresentar o correspondente parecer à apreciação da Assembleia Geral.

§ 1º O primeiro nome da lista presidirá o Conselho Fiscal.

§ 2º Aos membros da Diretoria é vedado compor o Conselho Fiscal.

## **CAPÍTULO V**

### **DO MINISTÉRIO PASTORAL**

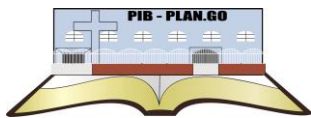
Art. 30. O Ministério Pastoral é exercido como preceituado na Bíblia Sagrada.

§ 1º O Pastor, eleito e empossado por tempo indeterminado, enquanto bem servir a critério da Igreja e a juízo da Assembleia Geral, exerce uma missão ou um *munus* ministerial, segundo os ditames de sua vocação espiritual, sem vínculo empregatício.

§ 2º Para que o Pastor possa cumprir o seu ministério com a Igreja, esta, na medida de suas forças, coopera com o sustento dele, mediante o pagamento de honorários pastorais previamente estipulados, sem prejuízo de outros benefícios.

§ 3º A orientação espiritual da Igreja, bem como a direção dos atos de culto caberão ao Pastor Titular (Pastor-Presidente) da igreja.

§ 4º Na qualidade de orientador geral, inclusive como Presidente, o Pastor Titular (Pastor-Presidente) é membro nato de todos os segmentos internos e



**PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS.** Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

externos da Igreja.

§ 5º Somente poderão ser empossados como Pastor Titular (Pastor-Presidente), Pastor Interino e Pastores Auxiliares aqueles que por suas práticas e compromissos sejam comprovadamente:

I — fieis às doutrinas e práticas Batistas reconhecidas pela Convenção Batista Brasileira ou a Convenção Batista do Planalto Central, nos moldes da “Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”;

II — pertencente ao rol de Pastores da Convenção Batista Brasileira, ou a Convenção Batista do Planalto Central;

III — filiados à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, devendo o mesmo transferir-se à sessão do Distrito Federal;

§ 6º Além do Pastor Titular, pode a Igreja eleger pastores ou ministros auxiliares, nos termos deste artigo, conforme as necessidades e possibilidades existentes.

Art. 31. Quando ocorrer vacância no cargo de Pastor Titular (Pastor-Presidente), a igreja deverá, quando possível, no prazo máximo de noventa (90) dias, constituir e empossar pastor interino para auxiliar no processo de sucessão pastoral até que seja empossado o novo Pastor Titular (Pastor-Presidente).

Parágrafo único – O processo de sucessão pastoral somente poderá ser realizado mediante o auxílio de um pastor interino.

Art. 32. A Assembleia Geral instituirá um corpo diaconal, com a supervisão do Pastor Titular (Pastor-Presidente), composto de tantos diáconos e diaconisas quantos sejam necessários, os quais serão eleitos para o período de 2 (dois) anos consecutivos.

§ 1º Somente poderão fazer parte do corpo diaconal da igreja:

I — membros fieis às doutrinas e práticas Batistas reconhecidas pela Convenção Batista Brasileira ou a Convenção Batista do Planalto Central, nos moldes da “Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”;

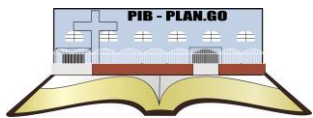
II — membros que cumpram de forma integral os deveres de membro da igreja.

§ 2º A Igreja pode criar, quando julgar conveniente, novas áreas de trabalho específicos, outros órgãos ou organizações internas, assessorias, departamentos e comissões.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA**

**Quadra. 01. MR. 01. Lotes. 01 E 02. Setor Norte. Planaltina de Goiás-GO.  
CEP 71751-010. Telefone: 36371188. E-mail: pib.plango@hotmail.com**



**PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS.** Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

Art. 33. O patrimônio da Igreja será constituído de doações, legados, bens móveis, semoventes e imóveis registrados em seu nome e utilizados tão somente na consecução de seus fins nos termos deste Estatuto.

§ 1º Os membros da Igreja, em virtude dos seus objetivos, não terão direitos aos bens que compõem o patrimônio da igreja.

§ 2º A Igreja não receberá doações, auxílios ou subvenções do Estado, salvo as admitidas em Assembleia Geral.

Art. 34. A receita da Igreja destinada à sua manutenção constitui-se dos dízimos e ofertas de seus membros e de quaisquer outras pessoas, físicas ou jurídicas, desde que não contrarie os princípios bíblicos e será aplicada exclusivamente na consecução de seus fins, como ato de fé e liberalidade, pelo que não podem ser reivindicados sob qualquer alegação:

§ 1º O saldo existente em caixa será depositado em banco, cuja conta será movimentada com as assinaturas em conjunto, com o presidente e o primeiro tesoureiro ou seus substitutos imediatos em caso de impedimentos legais, ressaltando valores necessários às despesas ordinárias.

§ 2º O exercício financeiro coincide com o ano civil.

Art. 35. A Igreja pode receber, por decisão da Assembleia Geral, doações e legados, os quais deverão ser aplicados exclusivamente na consecução de suas finalidades e objetivos.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 36. Os membros não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Diretoria da Igreja, bem como a Diretoria da Igreja também não responde pelas obrigações contraídas por seus membros, que não tenham sido realizadas na forma deste Estatuto.

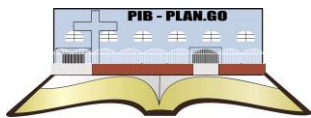
Art. 37. A Igreja, eventual e excepcionalmente, pode ser assistida ou representada em juízo pela Convenção Batista do Planalto Central, desde que aprovado previamente pela Assembleia Geral, nos casos e limites permitidos em lei e por este Estatuto.

Art. 38. A Igreja não concederá avais ou fianças, nem assumirá quaisquer obrigações estranhas às suas finalidades.

Art. 39. A Igreja poderá adotar um Regimento Interno em que serão delineados os objetivos, a estrutura e o funcionamento de seus diferentes ministérios, órgãos e organizações em geral.

Parágrafo único - Enquanto não houver o Regimento Interno previsto neste artigo, as matérias a ele reservadas são disciplinadas pela Assembleia Geral,





**PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM PLANALTINA DE GOIÁS.** Organizada em 12 de junho de 1982. CNPJ: 00 078 196/0001-37. Em Todo Este Tempo Servindo a Deus em Planaltina de Goiás. Uma igreja Comprometida Com a Palavra de Deus. “E sede cumpridores da palavra, e não somente ouvintes, enganando-vos com falsos discursos.” Tg. 1:22.

conforme orientar o Pastor-Presidente.

Art. 40. O presente Estatuto só pode ser reformado, no todo ou em parte, em reunião extraordinária da Assembleia Geral, convocada para esse fim, observadas as condições e exigências previstas no artigo 18, XI, e seu § 3º, sendo irreformável os arts. 1º e 2º, no que se referem às finalidades e constituição da Igreja, bem como em relação à identidade denominacional, os arts. 4º e 6º, e os demais arts. 33 e 36 em seus termos.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 41. A Igreja somente pode ser dissolvida, pela Assembleia Geral, quando deixar de cumprir, reconhecidamente, as suas finalidades, nos termos deste Estatuto.

Parágrafo único - Na hipótese de dissolução da Igreja, o seu patrimônio líquido será destinado à Convenção Batista do Planalto Central; e, na falta desta, à Convenção Batista Brasileira ou a outra organização denominacional que a venha suceder.

Art. 42. Este Estatuto, aprovado pela Assembleia Geral, reforma o anterior, registrado no Cartório 1º Ofício de Registro de Pessoas Naturais e Jurídicas de Planaltina - GO, sob o nº13 do livro A-01, fls. 132/134, e entra em vigor após o seu registro legal, revogadas eventuais disposições contrárias.

### **Comissão de Reforma do Estatuto**

#### **Relatora e 2ª Secretária:**

Voneide de Oliveira Lima.

#### **Auxiliares:**

Jandro Pereira Gomes da Guirra.  
José Davi de Souza Silva.  
Luciana Francisca de Oliveira Silva.  
Rogério Santiago de Souza.

#### **1ª Secretária:**

Maria dos Reis Cristina da Silva.

#### **Pastor Presidente:**

Estevão Alves da Silva.

Planaltina-GO, 10 de dezembro de 2017.